

UM GRAMSCI PARA O SÉCULO XXI

Bases teóricas da concepção da política e do Estado modernos em Gramsci

O caderno especial 13 (Gramsci, 2000, vol. III, caderno 13), intitulado “Breves notas sobre a política de Maquiavel”, é dedicado, por inteiro, às questões da política e do Estado modernos. Nele, Gramsci faz a crítica da política ocidental e estabelece o estatuto teórico do Estado e da política na sociedade moderna.

Desde a primeira nota do caderno 13, Gramsci se debruça sobre o significado e o papel da vontade política na sociedade ocidental moderna, que, para ele, não é um fato dado, e sim um processo: “o processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político” (Ibid, p. 13). Analisamos alguns aspectos da nota para dilucidar como este autor compreende a política e suas complexidades na sociedade moderna, política que é espaço da iniciativa e da vontade dos homens modernos para conservar ou transformar o mundo real.

Na nota mencionada, a mais conhecida obra de Maquiavel, *O Príncipe*, de inícios do século XVI, é posta por Gramsci como exemplo de uma proposta histórica de construção de uma vontade, ao mesmo tempo mítica, teórica e

LUCIO OLIVER COSTILLA*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir, com Gramsci e a partir de suas contribuições teóricas nos escritos do cárcere, sobre três grandes temáticas: 1) as bases de uma concepção crítica da política e do Estado modernos; 2) a problemática da ampliação do Estado e da fórmula de hegemonia civil, assim como os novos elementos da ciência política que trazem consigo e, 3) as peculiaridades da complexa noção de sociedade civil e de sociedade auto-regulada.

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on Gramsci's theoretical contributions in the prison notes, on three major themes: 1. the bases for a critical conception of politics and modern state, 2. the state expansion and the civil hegemony formula, as well as, how new political science reflections treated these themes and 3. the peculiarities of the complex notions of civil society and self-regulated society.

*Doutor em Sociologia, professor titular da Universidade Autónoma do México (UNAM) e Professor Visitante, no Departamento de Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (2002-2004).

política: para criar uma vontade coletiva nacional popular, processo que, no caso da criação de um Estado Nacional italiano, levou perto de quatro séculos¹. Na Itália do século XX, a referência a *O Príncipe*, de Maquiavel, era uma bandeira de luta entre as diferentes forças políticas para construir uma vontade política nacional de superação conservadora ou revolucionária da crise do Estado de compromisso².

Sem considerar as peculiaridades políticas-organizativas³ dessa vontade política, é preciso esclarecer que, para Gramsci, a procurada vontade política nacional popular só poderia

ser uma expressão das tendências históricas concretas: a vontade como ‘consciência’ da necessidade histórica⁴; isto é, uma vontade que opera ‘de acordo’ com as necessidades históricas. Necessidades que, evidentemente, para inícios do século XX, eram outras, se comparadas às da época de Maquiavel⁵.

Para Gramsci, tais necessidades históricas teriam de ser encaminhadas no sentido de superação radical da contradição entre Norte e Sul, para construir um novo Estado unitário comunista e novas estruturas econômico-sociais alternativas ao capitalismo, os quais não iriam se impor como resultado natural do movimento econômico, e sim precisavam da vontade política.

Refletindo sobre a organização final que ele gostaria de dar ao desenvolvimento posterior do Caderno 13, Gramsci diz:

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à 'vontade coletiva' apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? (17)⁶. [Ele mesmo responde]: As condições positivas devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-político. Qualquer formação de uma vontade nacional popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política (18).

Chegamos, assim, ao ponto inicial de debate: esclarecer por que Gramsci dá tanta importância à questão de explicitar as características, condições e dificuldades do processo de formação de uma vontade coletiva nacional popular, ao mesmo tempo ética e política⁷? Evidentemente, tudo parte da sua valoração da 'vontade', da 'política' e da "ética", como elementos necessários, básicos, operosos na sociedade capitalista.

O que é a 'vontade', senão "um ato que pode ser ou não praticado em obediência a um impulso ou a motivos ditados pela razão"⁸. Para se realizar a 'vontade' dos indivíduos e dos grupos sociais, tem que haver previamente a possibilidade da existência de tais atos na sociedade. Qual é essa possibilidade, que estabelece o fundamento da vontade política? No final, a pergunta de fundo é: o que é a política e a vontade política na sociedade moderna e quais são seus fundamentos e suas opções?⁹

A preocupação do prisioneiro do fascismo é a superação desse Estado em crise e a transformação da sociedade capitalista italiana, dos anos trinta do século XX, por meio de uma política orientada para a fundação de um novo Estado (que fosse um poder em vias de dissolução) e de novas estruturas econômicas e sociais coletivistas. Para Gramsci, se não fosse criada uma vontade coletiva nacional popular orientada para esse fim político, o movimento dos trabalhadores industriais poderia permanecer prolongadamente –permanentemente – num nível de força local 'econômico-corporativa', podendo chegar inclusive, pela própria dinâmica de crise contínua das relações sociais capitalistas, até o nível geral de solidariedade de classe nacional, em luta variegada contra o capital (Holloway, 2003), sem por isso os trabalhadores serem capazes de se desenvolver como classe dirigente da sociedade e sem capacidade de dar a esta um rumo alternativo. Daí a imperiosa necessidade da criação – histórica, política, ideológica – de uma "vontade política coletiva nacional popular" capaz de alcançar o fim político de fundação de um novo Estado e nova estrutura econômico-social. Gramsci leva para o concreto da história política do século XX uma tendência social já anteriormente definida por Marx, nas lutas sócio-políticas do século XIX¹⁰. E, nesse sentido, Gramsci aprofunda histórica e politicamente as colocações de Marx, nas condições das sociedades européias de inícios do século XX.

Para Gramsci, no capitalismo, os estados nacionais não aparecem configurados na história como consequência imediata e automática do desenvolvimento das relações sociais capitalistas mercantis, muito embora se manifestem como coisa 'natural', isto é, decorrente da necessidade de garantir, pela força e pelo consenso, o nexo social mercantil, o desenvolvimento do mercado interno capitalista e a ordem social capitalista. Aqui é oportuno lembrar a argumentação teórica de Marx, segundo a qual, no capitalismo, o próprio desenvolvimento das capacidades produtivas dos homens e a contínua divisão do

trabalho mercantil criam o (poder do) dinheiro e (do) Estado, como 'comunidade abstrata, ilusória e estranhada' (Marx, 1846, Marx 1857), opondo indivíduo mercantil às relações sociais que reproduzem o intercâmbio e a valorização do valor. Mas, para Gramsci, as relações mercantis e as relações capitalistas podem permanecer prolongadamente num nível de fragmentação local e de poder 'econômico corporativo', se em uma dada sociedade capitalista não se desenvolve em seu interior uma vontade política ativa, orientada para a criação de um Estado Nacional; isto é, para ele, uma dada sociedade capitalista pode existir prolongadamente no plano local ou regional e, se não conseguir criar esse estado nacional, esse poder público particular que se constrói a partir da vontade dos homens, essa dada sociedade local pode ficar muito atrás das outras sociedades capitalistas – como já aconteceu com a sociedade italiana anterior a 1875, dividida em múltiplos principados, dominados por forças tradicionais, especialmente pelos latifundiários. Além disso, como a ordem social capitalista é intrinsecamente desarticulada e orientada à crise (Holloway, 2003), precisa de um Estado Nacional que garanta tal ordem ['o Governo é o órgão da sociedade para a manutenção da ordem social'](Marx, 1875)].

A consecução do Estado Nacional e de novas estruturas sociais e nacionais está associada à luta política dos cidadãos e das classes numa determinada realidade histórica nacional. Para Gramsci, no entanto, a realidade 'efetiva' é uma dada 'relação de forças'. Na nota 16, do mesmo caderno 13, afirma:

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Apli-

car a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (35).

O problema, então, é entender porque e como, para Marx e para Gramsci, a realidade efetiva é uma relação de forças, e como a caracterizam.

Para Marx, a atividade política na sociedade capitalista tem sua raiz na existência da pessoa juridicamente livre¹¹ (Marx, 1867). A liberdade jurídica é consequência da dissolução das relações de dependência pessoal, do desmantelamento das relações feudais ou comunitárias, do desenvolvimento de novas forças produtivas e da divisão do trabalho social (Marx, 1857, Introdução). Todavia, trata-se de uma liberdade econômica e politicamente limitada e 'condicionada', em primeiro lugar, pelas próprias relações mercantis e capitalistas que dominam os indivíduos, criando o poder do dinheiro e do capital; nesse sentido, pela própria existência do Estado como poder social geral (neste caso, é o Estado como totalidade social) que os indivíduos geram com a sua atividade, mas que não controlam e que se opõe a eles; e, em segundo lugar, pelo Estado político, Estado particular que se constrói voluntariamente como poder público específico. Contudo, a liberdade, como capacidade de agir pela própria determinação, sem constrangimentos pessoais externos, como autodeterminação do indivíduo nos distintos planos da sua vida privada e pública, existe como um fato real na sociedade, ainda que, nos interstícios da produção capitalista, se transforme em uma 'não-liberdade', perante a propriedade privada dos capitalistas e perante o poder do capital de se apropriar do trabalho social – dado que os trabalhadores não podem se apropriar dos seus próprios produtos nem da mais-valia criada por eles e vêem-se obrigados a

vender sua única propriedade, sua força de trabalho, como mercadoria e como base da acumulação do capital. Mas, de toda forma, a liberdade existe no plano do direito e do Estado político parcial: as leis do Estado estabelecem que todos os homens são iguais e livres perante a sua propriedade e perante o próprio poder político, embora seja um poder particular que, além de garantir o contrato e a ordem social, os submete.

A liberdade política, com relação ao Estado, é consequência da existência da liberdade jurídica, liberdade perante as leis, dos homens livres na sociedade mercantil capitalista. No entanto, a expressão passiva dessa liberdade está na resistência à intervenção do Estado nos assuntos privados; a liberdade tem esse aspecto, de proteger civilmente o indivíduo perante a potencial intromissão do Estado ou dos outros indivíduos nos assuntos próprios de cada um, tais como a sua propriedade e seguridade; nesse sentido, a liberdade serve aos próprios capitalistas para impedir o Estado de se imiscuir na sua propriedade, e serve aos trabalhadores para defender a propriedade da sua mercadoria, força de trabalho. Isto é, se trata de uma liberdade política dentro das condições de uma não-liberdade social do indivíduo contemporâneo. Mas a liberdade tem, também, um lado ativo, que se manifesta no sentido da possibilidade de se usar essa liberdade para realizar a 'vontade' política; usar a liberdade perante o Estado político para definir seus fins: para influir nos assuntos do Estado político, desse Estado que é parcialidade abstrata e limitada perante o verdadeiro Estado social – as relações sociais mercantis capitalistas – que, no entanto, é um poder estranho e oposto, perante o qual o indivíduo não pode fazer nada, sendo o capitalismo o modo de produção prevalecente.

O indivíduo moderno é livre e, no uso dessa sua liberdade, ele pode se associar com outros indivíduos e desenvolver potencialidades políticas e históricas para influir nos assuntos do Estado político, para modelar esse Estado

abstrato. Marx expressa assim a questão na crítica ao Programa de Gotha:

A liberdade consiste em converter o Estado de órgão que está por cima da sociedade em um órgão completamente subordinado a ela (Marx, 1875);

no entanto, ele está consciente de que é impossível fazer isso plenamente, se não alterar as relações sociais fundamentais (o Estado social total). Contudo, a existência da liberdade política é resultado de uma conquista histórico-política durante os séculos XIX e XX, e não de uma dádiva do poder.

No plano da possibilidade dos indivíduos participarem dos "assuntos do Estado", isto é, dos assuntos da "comunidade ilusória" (Marx, 1846), a livre determinação ideológica, a livre associação, a organização autônoma e a participação dos indivíduos e das classes nos assuntos do Estado são a expressão ativa dessa liberdade dos indivíduos modernos na, atual sociedade de livre concorrência, já não submetidos a relações de dependência pessoal (Marx, 1857, Introdução). Desta forma, as classes e os indivíduos, como cidadãos, podem definir "politicamente", isto é, no plano do Estado "abstrato", a orientação dos assuntos do Estado. Mas, de qual Estado? Do Estado do capital e do dinheiro impossível, todavia, do Estado político, sim.

Também para Marx, os assuntos do Estado político estão sempre determinados por uma dada 'relação de forças', dentro da qual o Estado pode estar definido pela hegemonia dos capitalistas ou, inclusive, no pólo oposto, pela hegemonia dos trabalhadores. Só que no caso dos trabalhadores, tanto para Marx como para Gramsci, o desenvolvimento das suas lutas deveria levá-los a colocar em xeque o estado de coisas e o poder político estranhado e abstrato.

O Estado é a 'comunidade política' da sociedade capitalista mercantil; sociedade que para os indivíduos é abstrata, estranhada e ilusória; embora, tal comunidade tenha que se

construir na terra, existir como comunidade política concreta (isto é, como Assembléia Constituinte, como Constituição, como Assembléia Legislativa, como Poder Executivo, como burocracia civil e militar), assim como se assentar numa dada “civilização”. A comunidade do dinheiro e do capital toma corpo como criação de uma entidade política particular, a “sociedade política”, definida pelos cidadãos e autônoma em relação a eles, ainda que ‘mediada por eles’. Mas, os cidadãos são os mesmos indivíduos livres do mundo mercantil, participando dos assuntos gerais do Estado político – comunidade abstrata e ilusória –, e eles protegem seus interesses particulares, a sua propriedade, a propriedade privada, como parte de sua existência vital, quase natural, no mundo da produção mercantil, e também no mundo do trabalho e da compra e venda de mercadorias. Nesse sentido, o Estado político desce até as próprias relações que regulam a duração da jornada de trabalho (Teixeira, 2004). Embora, a comunidade abstrata que se faz sociedade política concreta continue sendo um espaço separado da sociedade. A sociedade capitalista mercantil não é diretamente social; é, ao contrário, diretamente privada; inclusive, na produção capitalista os trabalhadores não geram um produto social, e sim um produto particular, apropriado pelos capitalistas, como valor que tem se valorizado, expressão desenvolvida da contradição entre valor de uso e valor. Por isso, a sociedade política não pode expressar o social coletivo – inexistente –, e sim o interesse particularizado de indivíduos ou de classes particulares fragmentadas. As próprias classes só existem como realidade social geral; estritamente falando, não existem como tais no mundo privado de indivíduos atomizados; só existem como desenvolvimento ‘político ideológico’, ainda que seu fundamento exista na produção capitalista mercantil; no entanto, aí existem o trabalho assalariado e o capital. E, como desenvolvimento político ideológico, as classes se constroem na instabilidade e desarticulação próprias do movimento do capitalismo e, na luta

por homogeneizar-se, desenvolver a sua consciência e sua auto-organização, numa determinada relação de forças com as outras classes, relação que está em contínua transformação. Daí que os intelectuais e os políticos sejam tão importantes para a construção das classes. Essas classes procuram dar ao seu interesse particular uma universalização; mas essa universalização, construída ideológica e politicamente por elas, não existe na realidade. Por isso, a sociedade política, ainda que seja uma encarnação real, ela também é um universal como ficção.

Como pode o Estado estranhado como comunidade ilusória e abstrata ser modelado pelos indivíduos e pelas classes? Até onde? Para Marx, só até o ponto de essa comunidade estranhada se transformar numa comunidade política, abstraída das relações sociais reais; comunidade que possa canalizar amplamente os assuntos públicos e privados diversos, sem contradizer os pressupostos da sociedade capitalista mercantil. Para ele, como para o Gramsci, a influência dos trabalhadores na comunidade política pode chegar até a colocar em questão as bases privadas da sociedade, e, portanto, até gerar uma crise política fundamental. Para Gramsci, até o Estado político se ver numa situação na qual a classe trabalhadora majoritária imponha a esse Estado seu interesse particular como interesse coletivo universal. E qual é o interesse particular da classe trabalhadora?¹² Para Marx, esse interesse histórico é o comunismo, ‘movimento real que enfrenta e anula o atual estado de coisas’ (Marx, 1846); movimento para abolir todas as formas sociais de dominação, para criar a produção diretamente social e abolir a produção mercantil capitalista e a propriedade privada da grande indústria num plano mundial, para criar a produção social dos indivíduos, a partir das potencialidades da pós-grande indústria inteligente dos trabalhadores coletivos combinados e da cooperação complexa (Marx, 1857; Teixeira, 2004), processo que, segundo a história política européia, pode se realizar sob a forma de um Estado não-Estado, como a Comuna de Paris, ou num Estado como os soviets, como era no projeto de Lênin,

antes da presidência de Stalin e da deformação do processo socialista inicial; sendo que esse Estado comuna não é o fim, e sim “a forma” dentro da qual esse processo do comunismo pode se produzir (Marx, 1857; Marx, 1871; Lênin, 1917; Teixeira, 2004). Mas, a cidadania é histórica e contraditória. Por isso, o processo está associado também à luta de classes¹³ e ao desenvolvimento de uma concepção progressista da cidadania, isto é, ao desenvolvimento da participação dos indivíduos, como cidadãos, nos assuntos do Estado.

Para o Gramsci de 1932, atualizando o argumento de Marx, o interesse dos trabalhadores na luta por mudar a correlação de forças da realidade efetiva está em desenvolver a hegemonia operária ético-político, na sociedade civil e na sociedade política, e apresentar seus interesses, como projeto universal, visando à criação de um Estado em processo de desmantelamento, dinamizado por uma sociedade civil auto-regulada (Gramsci, vol. III, caderno 6 *Miscelânea*, nota 12, e vol. III, caderno 6 *Miscelânea*, nota 88). Só assim a sociedade pode ser livre, isto é, subordinar o Estado do capital a si mesma, transformando, ao mesmo tempo, as próprias relações sociais que dão origem ao Estado do capital.

A política, como influência nos assuntos do Estado político, mesmo que se expresse como influência dos cidadãos e como luta entre diversas classes dirigentes na sociedade política e na sociedade civil, nos fatos reais é luta entre os grupos sociais fundamentais de uma dada sociedade, firmemente enraizados nas relações sociais de produção, mobilizados e projetados ideológica e politicamente.

(...) de fato, na política o elemento volitivo tem uma importância muito maior que na diplomacia. Nas relações internas de um Estado, a situação é incomparavelmente mais favorável à iniciativa central, a uma vontade de comando (Gramsci, 2000, vol. III, caderno *Miscelânea* 6, nota 86: 241).

Nesse sentido, a política não é a atividade dos indivíduos num plano separado da vida social e sem relação com a sua função na economia. Pelo contrário, a política é a atuação de uma força social no plano do Estado político, organicamente vinculado com a economia, dentro da totalidade da sociedade, com base na própria força desse mesmo grupo social no plano da produção. Por isso, Gramsci diz:

É no mínimo estranha a atitude do economicismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica das necessidades econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia... Se a hegemonia é ético-política não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (48).

Pode uma classe social moderna ser dominante no plano da produção, ou seja, apropriar-se do trabalho social para seus interesses, e não interferir, isto é, deixar ‘livre’, o plano político dos interesses gerais e da consciência das sociedades? Ou, pelo contrário, essa possibilidade de se apropriar do trabalho social se expressa também como luta por modelar o Estado e por criar, no plano privado, um tipo de ‘civilização’ e um tipo de orientação do interesse comum?

O conteúdo lógico da ciência política poderia ser formulado inclusive nos períodos de pior reação. Não é talvez a reação, também ela, um ato constitutivo de vontade? E não é ato voluntário de conservação? Por que então, seria ‘utópica’ a vontade revolucionária... e não a vontade de quem pretende conservar o existente e impedir o surgimento e a

organização de forças novas que perturbariam e subverteriam o equilíbrio tradicional (vol. III, caderno 6 Miscelânea, nota 86: 241).

Acumular capital é também reproduzir a sociedade estabelecida a partir da compra e venda de mercadorias; sociedade dos indivíduos livres, da qual são forçados a participar como trabalho vivo social, a serviço da valorização do valor. Mas é também lutar por obter e manter a direção dessa sociedade no plano da civilização, da consciência e da política. Por isso, para os próprios capitalistas, uma relação de forças favorável na estrutura econômica, no plano das relações sociais objetivas, tem que se projetar com lutas no plano da consciência e da política para moldar estes no mesmo sentido da dominação que se exerce na economia. Como afirma Gramsci na nota 17, dedicada a analisar os diferentes níveis de relações de forças:

A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus. Podem-se produzir novidades ou porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, ou porque o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força capaz de mitigá-lo e de restabelecer uma normalidade através de meios legais. Pode-se dizer, portanto, que todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações de força, em cujo terreno verifica-se a transformação destas relações em relações políticas de força, para culminar na relação militar decisiva. Se não se verifica este processo de desenvolvimento de um momento a outro – e trata-se essencialmente de um

processo que tem como atores os homens e a vontade e capacidade dos homens –, a situação se mantém inoperante e podem ocorrer desfechos contraditórios: a velha sociedade resiste e garante para si um período de 'tomada de fôlego', exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou, então, verifica-se a destruição recíproca das forças em conflito com a instauração da paz dos cemitérios, talvez sob a vigilância de um sentinela estrangeiro (45).

Cabe a pergunta: qual é, afinal, a importância da política para os trabalhadores modernos poderem influir nos assuntos do Estado político e, da luta intelectual para influir na consciência da sociedade? A importância, no final, está dada porque é aí, no Estado e na fase da hegemonia, que se decide a manutenção das contradições da sociedade ou sua resolução:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas(...) O Estado é certamente concebido como um organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais; isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um

determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (Gramsci, vol. III, caderno 13, nota 17: 42).

Assim, Gramsci destaca, em grande coerência com Marx, a função da política na sociedade capitalista: a política é o espaço da consciência dos conflitos da sociedade moderna e da luta para resolvê-los. Diz Marx, no Prefácio, de 1859, à *Contribuição à Crítica a Economia política*: [numa época na qual]

(...) as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes... as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas (p.130); [são as formas] *pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e lutam por resolvê-lo* (ibid).

Pelo escrito anteriormente, podemos concluir que Marx precisou fazer a crítica da economia política para conhecer as leis do movimento da sociedade capitalista. No entanto, Gramsci desenvolveu a crítica das formas ideológicas (incluídas as formas políticas) para contribuir à luta dos trabalhadores para tomar consciência e resolver os conflitos desta sociedade, superando-a.

A esse respeito, Gramsci desenvolve uma longa argumentação no caderno 10 (vol. I, 1932-1935, Sobre a Filosofia de Benedetto Croce), destacando, justamente, o papel ativo da política na história, e o papel da filosofia da práxis na política das classes trabalhadoras (ou subalternas), na qualidade de uma teoria das contradições da sociedade capitalista e dos meios para enfrentá-las:

Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da

sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio dever. ... A filosofia da práxis... não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. ... Se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isto significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexo necessário e vital (vol. 1: 388-389).

Para os trabalhadores europeus e latino-americanos, desenvolver uma política independente e autônoma, visando a transformação do Estado político e a criação de novas estruturas econômicas e sociais, tem sido uma prática extremamente difícil nos últimos dois séculos. A absoluta maioria de partidos e movimentos dos trabalhadores ficou ancorada nas redes da ideologia dominante, da burocracia do poder, do reformismo político, até o ponto de terminar fazendo parte das estruturas ideológicas e políticas das classes dirigentes e dominantes capitalistas. Hoje, na fase atual da produção pós-grande indústria, essa tendência de subordinação ideológica e de inclusão subordinada

dos trabalhadores fabris acentuou-se, em oposição à situação de exclusão de uma nova maioria de desempregados, migrantes ilegais, velhos, jovens. Um resultado de tudo isso é o desencanto da *intelligentsia* crítica com a política (Oliver Costilla, 2003), e a visão do Estado capitalista atual como fortaleza fechada aos trabalhadores independentes, esquecendo, com isso, que a política é uma relação social de forças no Estado político, dentro dos limites do Estado do capital. A burocratização crescente da sociedade política, ligada às leis e aos compromissos com a acumulação do capital, tem sido contornada como espaço de domínio quase absoluto da lógica do capital e do Estado abstrato; daí que se o horizonte da luta social só fosse a sociedade política, estaríamos sim, perante o verdadeiro fim da política como relação aberta de forças. Embora, como Gramsci esclarece na nota 18 do Caderno 13, o Estado político não seja só sociedade política; Estado é também sociedade civil, e, neste âmbito, a possibilidade de disputa ideológica e política com a hegemonia dominante está aberta.

Conforme referi no terceiro ponto deste artigo, no plano da sociedade civil os homens têm a possibilidade de desenvolver a sua liberdade com horizonte mais amplo que na sociedade política, justamente porque, na sociedade civil, os homens não estão limitados diretamente pelas regulamentações e pelas leis político-jurídicas. No plano da vida privada, da cultura, da moralidade, os homens podem pensar, lutar e se organizar para formarem uma verdadeira comunidade pública de consciência, cultura e decisão política. Nesse plano, o próprio Gramsci já tinha experimentado vivências marcantes, em Turim, com os Conselhos de Fábrica, órgãos 'livres' dos trabalhadores nas próprias fábricas para dirigir a produção em oposição à direção dos próprios capitalistas. Nesse mesmo plano da sociedade civil, os trabalhadores da Rússia czarista criaram, em 1905 e logo no final da I guerra mundial, os Conselhos Soviéticos, como expressão autônoma da sociedade civil, numa situação de extrema

fraqueza do poder institucional do Estado político capitalista; em 1917, perante a fraqueza do poder do Governo provisional de Kerenski, e, justamente por isso, Lênin (1917a), nas "Tarefas do proletariado na nossa revolução" (Teses de Abril), expressou que o trabalho político do partido comunista, nos Conselhos Soviéticos, teria que ser primordialmente ideológico, isto é, convencer os trabalhadores de que esse órgão teria que ser o verdadeiro Estado, em oposição ao Estado formal do Governo provisional, e, ao mesmo tempo, teria que ser um "Estado não-Estado", ou seja, um Estado subordinado a uma sociedade em transformação, livremente optante pelo socialismo; Estado este que Gramsci chamará Estado da sociedade auto-regulada.

Vejamos, então, com Gramsci, porque a política não é uma utopia para as classes trabalhadoras:

A ciência política 'abstrai' o elemento 'vontade' e não leva em conta o fim a que uma vontade determinada é aplicada. O atributo 'utópico' não é próprio da vontade política em geral, mas das vontades particulares que não sabem ligar o meio ao fim e, portanto, não são nem mesmo vontade, mas veleidades, sonhos, desejos, etc. (vol. III, caderno 6 Miscelânea, nota 86: 243).

Assim, uma questão fundamental da contribuição de Gramsci para as ciências sociais é a sua valoração crítica e, ao mesmo tempo propositiva, da política e do Estado moderno. Nesse sentido, bem poderia dizer-se que os Cadernos são um tratado crítico da ciência política ocidental da sua época, assim como o desenvolvimento de uma ciência política alternativa, orientada a um novo fim político: o da criação de uma sociedade auto-regulada, na qual a política e o Estado vão se desmanchando como relações sociais coisificadas e estranhadas, para serem subsumidos pela própria sociedade civil organizada.

A política, no entanto, se produz tanto nos espaços sociais como nos espaços institucionais. Passemos, agora, a analisar como Gramsci entende a relação entre estes diferentes espaços.

A transformação do Estado moderno nos finais do século XIX e no início do século XX

Na nota 7 do Caderno 13, Gramsci inova a concepção de Estado ao esclarecer as profundas mudanças político-institucionais que o Estado ocidental sofreu no período posterior a 1870-71 (vol.III, Caderno 13, nota 7). Esta idéia fundamental, infelizmente não é desenvolvida com profundidade pelo autor em outras notas, embora faça referência a ela na nota 17 do mesmo caderno, e na nota 16 do Caderno *Miscelânea* 7, do vol. III. No entanto, na nota 7 mencionada, Gramsci alude às profundas inovações nos elementos econômicos, sociais, políticos e culturais dos Estados modernos¹⁴; e na nota 138 do caderno 6 *Miscelânea*, do mesmo volume III, expressa que, com estas transformações, produziu-se

(...) *a passagem da guerra de movimento à guerra de posição também no campo político*, e “esta me parece a questão da teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente (vol. III, Caderno 6, nota 138: 255).

Assim também, na nota 7 mencionada, assinala que

(...) *as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da ‘revolução permanente’, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de ‘hegemonia civil’* (ibid, p. 24).

Qual a argumentação para estas drásticas afirmações? E qual o conteúdo da fórmula de ‘hegemonia civil’? Por que, para Gramsci, a guerra de posição é a questão da teoria política mais importante, posta pelo período do pós-guerra?

Primeiro, na sua argumentação, Gramsci detalha como eram a política e o Estado na Europa, antes de 1871, depois da Grande Revolução Francesa de 1789:

Conceito político da chamada ‘revolução permanente’ surgida antes de 1848 como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor (ibid).

Aparentemente, Gramsci faz referência à noção desenvolvida na “Mensagem de 1850”, do Comitê Central à Liga dos Comunistas, onde Marx acunhou o conceito:

As petições democráticas não podem nunca satisfazer ao partido do proletariado. Todavia, a democrática pequena burguesia desejará que a revolução terminasse tão logo tenha visto as suas aspirações mais ou menos satisfeitas, nosso interesse e nosso dever é fazer a revolução permanente, mantê-la em marcha até que todas as classes possuidoras e dominantes sejam desprovidas de seu poder, até que a maquinaria governamental seja ocupada pelo proletariado e, a organização da classe trabalhadora de todos os países esteja tão adiantada, que toda rivalidade e concorrência entre ela mesma tenha acabado e, até que as mais importantes forças de produção estejam nas mãos do proletariado. Para nós, não é questão reformar a propriedade privada, e sim acabar com ela; de minorar os antagonismos de classe, e sim acabar com as classes, de melhorar a sociedade, e sim estabelecer uma nova (Marx, 1850).

É importante observar que, na ótica do Marx de 1850, a luta social no capitalismo se transformaria numa luta política quase espontaneamente, pelo contexto de contínua instabilidade econômica, pela inevitabilidade das crises econômicas, e, portanto, pelo aparecimento, como que natural, de uma esperada crise política. Marx, no capítulo final do texto *As lutas de classes na França*, diz claramente que, para ele, o governo poderia estar momentaneamente estável, mas uma nova revolução seria inevitável, pois uma nova crise econômica também o seria (Marx, 1849).

Assim, a via para enfrentar o governo pequeno burguês triunfante, depois da esperada queda do governo burguês reacionário, seria a continuação da revolução para que a classe trabalhadora tomasse o poder, como classe independente.

Todavia, nas condições histórico-político-institucionais da Europa de meados do século XIX (condições de pouca inserção ideológico-política do governo – da sociedade política – nas massas), para que os trabalhadores pudessem conseguir êxito na hora da crise, era necessário trabalhar política e ideologicamente antes, para criar e desenvolver os clubes políticos operários e, dentro deles, lutar por uma organização e uma política próprias e independentes, dos trabalhadores:

A fim de estar efetivamente em condições de se opor à democracia pequeno burguesa, é necessário, em primeiro lugar, que os trabalhadores estejam organizados em Clubes, que serão logo centralizados. A autoridade central, depois da queda do Governo existente, trasladará seus quartéis na primeira ocasião à Alemanha; imediatamente reunirá um Congresso e fará as necessárias proposições para a centralização dos Clubes de operários sob um Comitê Executivo, que residirá no centro do movimento. A rápida organização, ou,

pelo menos o estabelecimento de um organismo provincial de Clubes operários, é um dos mais importantes pontos de nossas indicações para fortalecer e desenvolver o partido dos trabalhadores. O resultado imediato da queda do Governo existente será a eleição de uma representação nacional (Ibid).

Na época da chamada revolução permanente, a política se fazia numa situação de instabilidade contínua, devido a que a nova economia capitalista européia sofria de recorrentes 'crises econômicas', que expressavam as contradições da sociedade mercantil junto a novas oposições da relação capitalista, e atentavam contra a estabilidade da acumulação e do consumo, das importações, das exportações, dos empregos, dos salários, fato que, portanto, criava um forte 'distanciamento' na relação das massas com os governos isto é, uma 'crise' política. Os protestos e a oposição se canalizavam no sentido de uma luta de movimento, isto é, no sentido de uma mobilização da população nas ruas, dirigida pelos clubes políticos, líderes, jornais, para concitar as massas a exigir, nas praças, um outro Governo e a combater com as armas e a presença da própria população, os bastiões do Governo vigente, para que um novo Governo, mais avançado, o substituísse. Depois da luta, as massas voltavam para a vida privada não-política, ou seja, para a vida social privada, caracterizada pela vida familiar e de bairro, pelo trabalho extenuante, pela vida religiosa, pelo ócio ocasional e reduzido. Política, nesse contexto, era a luta em ocasiões especiais de crise, para concitar o apoio popular de massas em geral às exigências revolucionárias, o movimento de classes e setores de classes para uma ação política direta, no sentido de derrocar o governo e colocar outro governo no poder. Prevalciam condições que possibilitavam uma ação semi-espontânea de massas inconformadas, que só precisavam da condução de pequenos grupos organizados em clubes, para procurar

uma luta exitosa. Inclusive, no caso do funcionamento normal da Assembléia Nacional de França, de 1848-51, a luta entre partidos dentro da assembléia estava estreitamente vinculada às crises na sociedade e na política, à luta direta nas ruas das massas, das classes e dos setores de classe contra o governo. As economias eram relativamente fechadas nacionalmente (os Governos oscilavam entre o mercantilismo e o liberalismo), as instituições estatais e políticas eram precárias, exceto a burocracia; os camponeses, com poucos direitos políticos reconhecidos permaneciam expectantes, e o confronto se desenvolvia principalmente pelas classes urbanas, ora excluídas e ora incluídas na política formal, contra pequenos exércitos semidesmoralizados e isolados, nas principais cidades capitais (Paris, Berlim, Londres).

Gramsci caracteriza a situação assim:

A fórmula — revolução permanente — é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris, para França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinando sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial, etc. (vol. 3, Caderno 13, nota 7: 24).

Institucionalmente, o Estado nessa época era constituído na sua totalidade pela sociedade política. E a política institucional tinha poucas ligações estruturais com as massas, recentemente saídas da situação de servidão. Por exemplo, na

França de Luís Felipe de Orleans, de 1830 até 1847, a população que participava da política eleitoral e parlamentar, população que fazia política propriamente dita, era formada por 250 mil cidadãos, de um total de 30 milhões de habitantes (Marx, 1849, primeiro capítulo), embora, hoje, possamos dizer que a maioria tinha sido já modelada, ideologicamente, pelo menos na França, pelas lutas da revolução de 1789-1793, e pelo Código Napoleônico, isto é, pelos ideais gerais de igualdade e liberdade. No entanto, a adesão das massas aos governos não era política nem institucional, e sim ideológica, religiosa ou tradicional. Comumente, se tratava de massas excluídas da política, ou seja, 'apolíticas'.

No decorrer do século XIX, foi se desenvolvendo o capitalismo imperialista como modo de produção nacional e internacional, junto a uma ampla burocracia civil e militar que se apoderava de todas as funções estatais e comunitárias, e junto às formas jurídico-institucionais de mediação política, herdadas das monarquias constitucionais, cada vez mais definidas pelo predomínio crescente do sufrágio universal masculino (França meados do século XIX, Alemanha finais de século XIX, Inglaterra, inícios de século XX; México, Brasil, Argentina, inícios de século XX). Com isso, foi se criando a sociedade privada dos indivíduos ideológica e politicamente organizados, e a participação das massas na vida política foi se desenvolvendo como luta permanente de uma população privada, isto é, independente dos funcionários do Estado e dos governos¹⁵. Assim, foi-se criando uma complexa rede burocrática e política de mediação e participação político-institucional das massas, a partir do sufrágio universal. Junto à transformação da população pela divisão do trabalho na sociedade e novas formas de articulação entre campo e cidade¹⁶, apareceram os partidos políticos de massas, com atividade permanente; os sindicatos de massas, também organizados permanentemente; os jornais com leitores permanentes; o sistema massificado de

escolas e sistemas de educação. Tudo isso gerou mudanças nas Constituições e na vida política, na regulamentação e na existência da participação político-eleitoral; se fortaleceram e se desenvolveram as liberdades e os direitos de opinião, reunião, organização, agrupamento político, etc., a regulamentação do trabalho assalariado e a vida privada começou a ter relação direta com a vida pública. Todo esse quadro foi criando um novo espaço social e político assentado no privado, a sociedade civil – conjunto de associações da vida civil, espaço com formas diversas de existência organizada permanentemente – demandante e fiscalizadora de serviços e direitos públicos, articulada ao desenvolvimento do Estado político, sujeito e objeto de novos direitos e novas obrigações definidas, garantidas e articuladas pelo Estado. Foi se complexificando e desenvolvendo o que Hegel já tinha tratado teoricamente como “a trama privada do Estado”:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago, tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção de associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito res-

trita... Marx não podia ter experiências históricas superiores às de Hegel (ao menos muito superiores), mas tinha o sentido das massas, por sua atividade jornalística e de agitação. Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística (Gramsci, 2000, vol. III, Caderno Miscelânea 1, nota 47: 119).

Com o desenvolvimento da sociedade civil e da sociedade política, muda institucional e politicamente o Estado: de estar configurado pelos dirigentes políticos e funcionários dos governos, nesse momento ‘sociedade política’, únicos autorizados para mandar em nome da totalidade da população [Durkheim: o Estado é o único autorizado para mandar e é o cérebro da política (Durkheim, 1983, quarta lição)], o Estado amplia-se, para incluir a ‘trama privada’, a sociedade civil (sociedade formada por associações de cidadãos ativos permanentemente, embora estes não sendo funcionários, nem políticos institucionais, ou burocratas, isto é, são apenas cidadãos ‘privados’). Antes, a política se referia ao funcionamento e às políticas dos governos ou das personalidades da sociedade política; agora, incluindo a sociedade civil, esta retribui ao Governo com seu apoio ou rejeição, com seu consenso ou dissenso, e, pelo mesmo, é sustento ou oposição política e ideológica dos Governos, dos funcionários e das políticas. Assim, foi se desenvolvendo, durante sessenta anos (1871 até 1931), um espaço novo da sociedade que Gramsci caracterizou como sociedade civil ou ‘trama privada’ do Estado. O mundo político anterior era o dos eleitos como funcionários ou burocratas, com o qual, depois das eleições, a massa passava a ser massa apolítica, longe das atividades políticas e ideológicas.

Com a queda militar de Bonaparte, a Comuna de Paris foi a última tentativa européia exitosa de revolução permanente. Nessa

experiência ficou demonstrado que ainda que um movimento possa ganhar o governo, não consegue se sustentar firmemente, se não tem o apoio permanente, ideológico e político, da maioria da população nacional e se não cria uma civilização que expresse uma forte unidade entre a sociedade política e a sociedade civil.¹⁷ Com a fundação da Terceira República, a partir de 1871, ficaria ainda mais difícil uma política de revolução permanente:

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra, etc. (vol. III, Caderno 13, nota 7: 24).

Depois de 1871, o Estado moderno ocidental desenvolveu ainda mais o conjunto de associações da vida civil; a hegemonia, como direção ideológica e política dessas associações, tornou-se definitiva para a estabilidade do Estado e para o exercício da dominação. (?) Estado: hegemonia passa a ser desde então a unidade de 'comando e direção'; porque Estado deixa de ser só força sobre a sociedade, para ser também consenso, adesão da sociedade. Unidade e diferença, hegemonia ético-político.

Pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a 'sociedade civil' tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às 'interrupções'

catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como as trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa, e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente), algo similar ocorre na política durante as grandes crises econômicas: nem as tropas atacantes, por efeito da crise, organizam-se de modo fulminante no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; do outro lado, os atacados tampouco se desmoralizam, nem abandonam suas defesas, mesmo entre as ruínas, nem perdem a confiança na própria força e no próprio futuro. É claro que as coisas não permanecem tais como eram; mas também é certo que falta o elemento da rapidez, do tempo acelerado, da marcha progressiva, tal como esperaríamos que ocorresse, os estrategistas do cadornismo político. O último fato deste gênero na história da política foram os acontecimentos de 1917. Eles assinalaram uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência da política. Trata-se, portanto, de estudar com 'profundidade' quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição (vol. III, Caderno 13, nota 24: 73).

Na nova época do Estado, independentemente das eleições, existe uma massa "política e ideologicamente ativa", e esse é o sentido da luta política dos trabalhadores como luta pela 'hegemonia civil'. Por isso, Gramsci fala da sociedade civil como trama privada de Estado.

Num sentido, sociedade civil é cidadania, só que um tipo específico desta: cidadania com direitos e deveres e cidadania organizada permanentemente, isto é, cidadania politicamente atuante e exigente nos sindicatos, associações civis, partidos, instituições culturais e científicas, jornais, etc.. Sociedade vigilante. Mas, o fenômeno da sociedade civil não é sempre um novo fenômeno político ativo; às vezes, trata-se de uma sociedade civil passiva, uma maioria silenciosa legitimadora, um novo fenômeno de civilização adaptada às condições da produção da grande indústria. Ou seja, a estabilidade política dos governos começou a depender, também, da identificação dos cidadãos com uma forma social de vida e com as necessidades da produção econômica, com a transformação do trabalhador em apêndice da máquina, com o mercado capitalista, com o poder do dinheiro.

(...) tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção, e, portanto, de elaborar também, fisicamente tipos novos de humanidade (vol. III, Caderno 13, nota 7).

Assim, o terreno da ideologia passou a ser um espaço fundamental da luta das forças que atuam na história e na política. O desenvolvimento da luta pelo Estado passou a ter relação direta com o momento ideológico político, com a fase na qual as forças têm que prevalecer por

(...) toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral (vol. III, Caderno 13, nota 17, p. 41).

A conquista da sociedade civil passou a ser obrigatória para os grupos sociais que procuravam o governo e o domínio do Estado, assim como tal conquista se constitui numa necessidade do Estado para adaptar os trabalhadores às novas condições fordistas de produção de mercadorias. A universalização da dominação passou a ser também hegemonia, isto é direção intelectual e moral da sociedade. Pôr todas as questões em torno das quais ferve a luta, não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

Convém aprofundar, então, o que significa esse novo eixo da política: a sociedade civil para o Estado moderno e para a luta transformadora dos trabalhadores.

As peculiaridades da sociedade civil como novo espaço público não-burocrático e trama privada do Estado

São várias as notas e cadernos nos quais Gramsci desenvolve a sua noção de sociedade civil e tenta estudar e expor importância da mesma para a política. Trata-se de aproximações diversas para tentar determinar esse novo espaço social ativo e atuante no Ocidente, próprio de sociedades com uma imensa 'superestrutura' jurídica, política institucional, relacionada, organicamente, com a expansão da grande indústria monopolista e imperialista e com o desenvolvimento das suas contradições e suas oposições:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida di-

versa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (vol. III, Caderno 7, *Miscelânea*, nota 16, p. 262).¹⁸

O que chama a atenção nesta citação, todavia, é a afirmação de que, no Ocidente podia-se reconhecer uma relação equilibrada entre sociedade política e sociedade civil e a idéia segundo a qual qualquer crise do Governo não significava automaticamente um questionamento à direção da sociedade pelas classes tradicionais, nem aparecimento espontâneo do desejo de mudança da sociedade capitalista mercantil, ou a passagem da direção da sociedade a novas classes. Assim, essa sociedade tradicional estava baseada e bem defendida pela robusta estrutura da sociedade civil. Essa imensa superestrutura “ideológica” de visões de mundo, tradições, leis, instituições e práticas políticas, organizações sociais e concepções ideológicas dos problemas nacionais e regionais sustentava o Estado capitalista muito mais do que os oscilantes e fracos governos e funcionários da sociedade política, periodicamente em crise política, sobretudo depois da primeira guerra mundial. Por isso, para Gramsci, o problema do comunismo na Itália e no Ocidente era trabalhar para criar, também na sociedade civil, uma vontade política nacional popular de fundar um novo Estado e novas estruturas econômicas e sociais. Essa nova vontade política só poderia aparecer com o desenvolvimento de uma hegemonia diferente na sociedade civil, constituída pela classe trabalhadora urbana como classe dirigente; vontade política da qual o partido político dos trabalhadores seria ‘ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante’ (Gramsci, vol. III, Caderno 13, nota 1, p. 18). Com isto fica claro como e porque a sociedade civil é a trama privada do Estado, e como a sociedade civil existe como hegemonia de uma classe dirigente e dominante no Estado, ou que procura sê-lo. Portanto, para Gramsci, o

Estado não é só “sociedade política”. O Estado moderno, para ele, também é a organização da sociedade nos planos privados regulados pelo Estado, assim como a participação privada nos assuntos públicos. Desse modo, para ele, o Estado capitalista é a sociedade política em equilíbrio e relação com a sociedade civil.

A esse respeito, parece-me que Nelson Coutinho tem razão quando diz que,

Com efeito, na visão de Gramsci, ‘sociedade civil’ é uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social, onde se dá uma intensa luta pela hegemonia; e precisamente por isso, ela não é o ‘outro’ do Estado, mas –juntamente com a ‘sociedade política’ ou ‘Estado coerção’- um dos seus inelimináveis momentos constitutivos (Semeraro, 1999, Prefácio de Carlos Nelson Coutinho: 10).

Por isso, também Semeraro está certo, ao dizer que: “a ‘sociedade civil’ é o Estado considerado ‘de baixo’, enquanto a ‘sociedade política’ é o Estado visto ‘do alto’” (Semeraro, 1999: 75).

Pedro Demo, se coloca na posição oposta ao afirmar que,

(...) no fundo, sociedade civil se contrapõe ao Estado no sentido da organização do poder. É o não Estado em confronto com o Estado, acrescidas as funções de o manter e controlar. Este confronto se desenha na determinação do Estado de encampar a sociedade civil, manipulando-a em seu proveito. ...Em vista disso, a discussão sobre Estado e sociedade civil acaba deslocando-se para outro eixo, na linha do poder organizado: enquanto que Estado é poder organizado, sociedade civil, pelo menos em nossa sociedade, aparece como carente de organização e, por isso, subserviente ao Estado... Assim, so-

cidade civil tende a referir-se àquela parte majoritária disparatada e entregue às minorias organizadas como massa de manobra (Demo, 2001: 60).

A concepção de Demo é errônea, na medida em que assume a sociedade civil como 'o outro' do Estado, sem entender que o Estado em sentido estreito, visto como sociedade política, e o Estado em sentido amplo, visto como sociedade civil, expressam uma correlação de forças dada, e não são unidades contrapostas, ainda que sejam distintas.

Mas, a hegemonia não flutua no ar. As classes dirigentes expressam, no plano político-ideológico, relações sociais e econômicas existentes na sociedade. A sociedade civil é o espaço no qual os grandes grupos sociais históricos, isto é, as classes sociais próprias do modo de produção capitalista mercantil, tentam desenvolver a sua hegemonia política e cultural-moral.

Tal como Gramsci afirma, na comentada nota 17 do Caderno 13, dos *Cadernos do Cárcere*, os grupos históricos sociais objetivos, que existem nas relações de produção da sociedade capitalista mercantil como realidades particulares, se encontram em relação de poder uns com os outros; mas, para também dominar e dirigir no Estado e na estrutura social, terão que desenvolver a sua consciência política coletiva até chegar à fase de hegemonia, fase na qual seus interesses corporativos se expressam como interesses universais, desenvolvem ideologias e políticas para toda a sociedade, e conquistam a sociedade civil para suas posições; conforme Gramsci,

(...) fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da

unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Gramsci, 2000, Caderno 13, nota 17: 41).

A partir das citações anteriores, pode-se definir a sociedade civil como:

1) um espaço social 'público' de grande liberdade privada: trama privada do Estado, espaço 'privado' das relações sociais e, espaço social público onde se desenvolve a vida ativa e atuante dos indivíduos como cidadãos;

2) espaço ideológico de confrontação e luta: em que as ideologias, transformadas em 'partidos' (isto é, concepções de mundo, programas de idéias e orientações políticas nacionais e sociais diferentes), entram em confronto e lutam entre si;

3) plano ou fenômeno onde prevalece e se impõe uma dada unicidade intelectual e moral, além da unicidade dos fins econômicos e políticos; uma das ideologias-partido tende a prevalecer, deve se impor em toda a área social, determinando a unicidade intelectual e moral, além da unicidade dos fins econômicos e políticos;

4) plano do universal: lugar onde as questões se põem num plano relacionado com todas as energias nacionais, e

5) expressão da hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

As distintas determinações da sociedade civil obrigam a reconhecê-la: a) como "espaço social ou lugar social de luta entre diferentes ideologias e vontades coletivas", isto é, novo espaço público não-burocrático, diferente – e não oposto a – da sociedade política, o público baseado no mundo privado, no qual estes conceitos – público, privado – já não se

contrapõem como planos ou situações fechados e excludentes¹⁹; e, ao mesmo tempo, b) espaço da unicidade intelectual e moral da sociedade, plano do universal e expressão da hegemonia de um dado grupo social. Por isso, as concepções segundo as quais, a sociedade civil seria o oposto do Estado, não têm nada a ver com o pensamento de Gramsci; para este pensador, a sociedade civil é 'trama privada do Estado', ou seja, espaço público e social de luta pela hegemonia entre ideologias e vontades que confrontam diferentes classes dirigentes e dominantes e, também, resultado político ideológico dessa luta na expressão da supremacia de um dado grupo social histórico. A sociedade civil fica determinada, então, ao mesmo tempo como espaço social de luta entre ideologias e como hegemonia política e cultural de um grupo social histórico sobre toda a sociedade; grupo que também luta por comandar o Estado. Assim, Gramsci entende a sociedade civil desta forma:

É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) (vol. III, Caderno 6 Miscelânea, nota 24, p. 225).

Dessa maneira, quando na ciência política atual se fala só da sociedade civil em luta, numa situação determinada, se oculta o problema principal: qual a relação de forças entre os distintos grupos sociais e qual a ideologia e a hegemonia política e cultural que prevalece. É por isso que a luta da sociedade civil pode ser uma luta regressiva e reacionária, ou, uma luta progressista e de mudança. Teoricamente, não faz sentido se colocar abstratamente "a favor" da sociedade civil, pois esta pode ser muitas coisas diferentes e até contrárias. Pode, inclusive, significar estar-se colocando numa posição ultra-reacionária.

Gramsci determina a sociedade civil como a ampliação do espaço público além da sociedade política: desaparece a visão dicotômica que põe de um lado, o Estado e do outro, o mercado, para determinar uma nova visão segundo a qual o Estado é tudo: sociedade política + sociedade civil; e o público se constitui como um espaço de inter-relação entre ambas. A sociedade civil é o plano no qual os trabalhadores podem disputar o interesse público com a sociedade política. A trama privada já não é só trama do intercâmbio mercantil e de acumulação de capital, e sim uma trama privada do Estado, o espaço público no qual a sociedade pode ir subordinando à burocracia política. Gramsci construiu, teoricamente, um novo espaço da política no Ocidente: o espaço público.

No entanto, no mundo moderno, a hegemonia 'normal' da 'grande burguesia' se desenvolve como 'equilíbrio' entre força e consenso, entre sociedade política e sociedade civil:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (vol. III, Caderno especial 13, nota 37: 95).

Então, por que tem ganho tanta legitimidade a posição 'a favor' da sociedade civil, no mundo moderno? Evidentemente, porque o domínio burocrático do Estado, que corresponde à hegemonia de classes dirigentes tradicionais ou da própria grande burguesia financeira, procura subordinar e quase fazer desaparecer a liberdade existente na sociedade civil e, com ela, a própria

sociedade civil como tal; mais ainda, a burguesia procura sua hegemonia na sociedade civil pelas vias do autoritarismo, conformismo, consumismo e passividade da população. O problema do conflito de hegemonias de classes diferentes, a luta por conformar de diversas maneiras tal ou qual sociedade civil, nem sempre aparece como tal luta, e sim como um conflito entre duas sociedades civis distintas ou como uma luta entre a sociedade civil e a sociedade política:

A divisão dos poderes e toda a discussão havida para sua efetivação e a dogmática jurídica derivada de seu advento constituem o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável entre as classes, determinado pelo fato de que certas categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas às velhas classes dominantes... a burocracia, isto é, a cristalização do pessoal dirigente, que exerce o poder coercitivo e que, num determinado ponto, se transforma em casta. Daí a reivindicação popular da elegibilidade de todos os cargos, reivindicação que é, simultaneamente, liberalismo extremo e sua dissolução (princípio da Constituinte permanente, etc.; nas Repúblicas, a eleição periódica do chefe do Estado, dá uma satisfação ilusória a esta reivindicação popular elementar) (Caderno Miscelânea 6, nota 81: 235).

O conflito de classes dirigentes e de hegemonias também pode se apresentar como luta entre poderes dentro da sociedade política; na situação da Europa depois da primeira guerra, o parlamento estava mais ligado à sociedade civil. Mas, numa dada situação, pode o Governo estar mais ligado àquela. Em todo caso, o principal é dilucidar qual o conflito, entre

hegemonias, que se apresenta em cada situação particular:

Unidade do Estado na distinção de poderes: o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo). Naturalmente, os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo (Ibid).

Gramsci também dedicou suas análises à crise de hegemonia na sociedade civil, ao aparecimento inicial de uma crise do Estado:

No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estiliza e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório. O fenômeno é apresentado e tratado com vários nomes e em seus aspectos secundários e derivados. Os mais triviais são: 'crise do princípio de autoridade' e 'dissolução do regime parlamentar'. Naturalmente, descrevem-se do fenômeno tão-somente as manifestações 'teatrais' no terreno parlamentar e do governo político (ibid: 95-96).

No contexto de crise política e de crise da hegemonia de uma classe dirigente, aparecem situações nas quais não só a sociedade civil se põe contra a sociedade política, e sim esta também se coloca 'contra' a sociedade civil:

Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como ex-

pressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc. (vol. III, caderno 7 *Miscelânea*, nota 28: 262).

Gramsci considera que para formar e manter a hegemonia é fundamental a incidência na opinião pública, pois esta se encontra entre a sociedade civil e a sociedade política:

O que se chama de 'opinião pública' está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a 'sociedade civil' e a 'sociedade política', entre consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. Mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de tal forma que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Caderno 7 *Miscelânea*, nota 83: 265).

Convém ter presente que, para Gramsci, toda a discussão sobre a sociedade civil, como 'trama privada do Estado' e como 'hegemonia político-cultural' de um grupo histórico-social, está encaminhada a dilucidar os problemas de construir as capacidades libertadoras de uma sociedade civil, ativa e atuante, que seja a expressão da inconformidade espontânea e da inconformidade 'pensada' dos trabalhadores com

a dinâmica opressora, contraditória e de crise recorrente do capitalismo; ou seja, forma parte do processo de conquista da hegemonia das classes trabalhadoras urbanas. É por isso que ele insiste em ser necessário rejeitar a confusão entre Estado e Governo. Assim, deve-se entender que Estado também é sociedade civil, isto é, poder no espaço público dos grupos sociais subalternos:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível considerar Estado=sociedade política+sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado que o conceba como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). As expressões Estado ético ou sociedade civil significariam que esta 'imagem' de Estado sem Estado, estava presente nos maiores cientistas da política e do direito, na medida em que se situavam no terreno da pura ciência (=pura utopia, enquanto baseada no pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa

*externa à consciência). [...] Na doutrina do Estado) [...] sociedade regulada, de uma fase em que Estado será igual a Governo, e Estado se identificará com sociedade civil, dever-se-á passar a uma fase de Estado-guarda noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas [...] se dá o início de uma era de liberdade orgânica (vol. III, caderno *Miscelânea* 6, nota 88: 244).*

Conclusão

Neste artigo, analisei as bases teóricas da noção de política e de vontade política de Antônio Gramsci, no contexto do Estado ampliado do Ocidente e da noção de sociedade civil como criadora potencial de um novo espaço público não-burocrático. Considero que Gramsci situa a noção de política em novas bases, a partir dos conceitos de Estado ampliado e de hegemonia civil. A política deixa de ser unicamente a atividade relacionada com a luta para participar e influir na sociedade política sob a supremacia do grande capital financeiro, cada vez mais burocratizada e fechada na globalização, para ser uma atividade multilateral, encaminhada também, no contexto atual, principalmente a modelar e influir na sociedade civil e nos espaços públicos. Daí que uma política que seja crítica da sociedade capitalista e do domínio burocrático-autoritário passa a ter um amplo espaço como atividade de criação de uma vontade nacional popular, de transformação, assentada na sociedade civil e nos novos espaços públicos democráticos, o que não quer dizer deixar a sociedade política como espaço livre para as forças conservadoras, e sim uma atividade de encurralamento da sociedade política burocratizada para transformá-la. Isto, em

contraposição às concepções clássicas da ciência política, que entendem por espaço da política exclusivamente o espaço das barganhas na sociedade política e da luta eleitoral para conquistar o governo. Gramsci abre, então, uma veta para a 'antipolítica', no sentido de enfatizar a importância de uma nova política dirigida a conquistar centralmente a hegemonia política e ideológica na sociedade civil, como base de uma guerra de posições nos espaços públicos e na sociedade política, guerra prolongada e difícil, mas não impossível. Por isso, a noção de fim da política, de Kurtz – idéia segundo a qual a política é uma luta sem sentido, incapaz de influir num Estado capitalista desfalcado e sem poder perante os grandes conglomerados financeiros (Oliver Costilla, 2003) – não considera que o Estado é uma relação de forças e que no Estado está também a sociedade civil. A burocracia governamental do Estado pode estar sem poder e sem recursos financeiros perante o novo domínio dos grupos capitalistas transnacionais; mas, o problema não é conquistar o governo para influir na sociedade nos termos do capital, e sim criar uma nova hegemonia política e cultural para criar um poder na sociedade. Ou seja, para criar a sociedade como poder e, com isso, colocar em crise a dominação do capital e as relações de poder existentes. Gramsci desenvolve, assim, uma nova ciência política. Os processos de acumulação de capital e o poder econômico dos grupos financeiros terão que se subordinar aos ditames dos novos espaços públicos e, nestes últimos, terá que acontecer uma reforma intelectual e moral, e ao mesmo tempo econômica, que outorgue poder à sociedade como um todo; entendido que hoje, na mundialização do capital e na época do domínio mundial dos Estados-potência, a luta política tem um plano internacional mais acentuado e determinante, o que não quer dizer que o plano nacional deixe de existir. Possivelmente, a palavra de ordem, hoje, teria que ser lutar por sociedades civis democráticas e espaços públicos não-burocráticos, para

transformar os Estados nacionais e avançar na guerra mundial de posições; processo capaz de criar uma vontade política mundial popular, para o fim político de criar o trabalho diretamente social como base de uma nova liberdade e igualdade dos homens.

Notas

¹ “O Príncipe...se apresenta não como fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva...” (14). Maquiavel, diz Gramsci, estava propondo lutar por dotar a Itália de um Estado nacional absolutista, similar ao que existia já em França e em Espanha: *Em todo o pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado... parece que todo o trabalho ‘lógico’ não é mais do que uma auto-reflexão do povo, do que um raciocínio interior que se realiza na consciência popular e acaba num grito apaixonado, imediato* (14).

² Cabe assinalar que, nas condições da Itália de 1932, quem se auto propunha como encarnação moderna do Príncipe, de Maquiavel, era Benito Mussolini. Perante tal situação, Gramsci comenta que, no século XX, a encarnação do Príncipe de Maquiavel numa pessoa “será quase sempre do tipo restauração e reorganização...será de tipo defensivo e não criativo original” (16). Por outro lado, a noção de Estado de compromisso alude a um Estado no qual a burguesia não tinha conseguido a supremacia perante os latifundiários, o que dificultava a hegemonia plena do capitalismo no campo. Gramsci analisa esse fenômeno nos textos *As Teses de Lyon* e *A questão meridional*.

³ Por isso, diz Gramsci, o moderno príncipe, capaz de criar uma vontade política alternativa, só pode ser um organismo político coletivo determinado pela história – o partido político: “O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação... Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (14).

⁴ *E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo* (17).

⁵ Para o líder do fascismo, Benito Mussolini, essa vontade política estava encaminhada a legitimar o Estado fascista para substituir o capitalismo desintegrado e o Estado de compromisso em crise e, impulsionar, através do uso da violência, o capitalismo imperialista, italiano, subordinando os proprietários semifeudais; isto é, era para limitar essas necessidades históricas e procurar uma saída benéfica para os interesses da burguesia financeira.

⁶ Na Itália, comenta Gramsci, *nunca se formou, e não poderia formar-se, uma força jacobina eficiente, precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular e fundou os Estados modernos* (17).

Existem finalmente as condições para esta vontade, ou seja, qual é a relação atual entre estas condições e as forças opostas? (...) Toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder ‘econômico-corporativo’ num sistema internacional de equilíbrio passivo (18).

⁷ Cabe dizer que a ‘vontade’ necessária, para Gramsci, não é somente ‘política’, é também ética e ideológica; e aqui reside a sua contribuição própria: a criação da vontade está associada à criação de um novo tipo de “civilização”. Quase no final da nota mencionada, o autor italiano coloca a importância da luta por uma reforma da moral e da cultura, assim como da justa relação entre política, ideologia e economia, no processo de formação da vontade política coletiva nacional popular. Para Gramsci, *O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna... Estes dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral — deveriam constituir a estrutura do trabalho...uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exa-*

tamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (19).

⁸ Dicionário da língua portuguesa, de Aurélio Buarque.

⁹ O interesse político, vivo, das reflexões do Cárcere de Gramsci, não é mais a criação do Estado Nacional capitalista na Itália, coisa já feita, tardiamente, durante a segunda metade do século XIX.

¹⁰ O próprio Marx, nos textos sobre a revolução e a contra revolução na França de 1848-1852, especialmente no XVIII Brumário, já tinha determinado a importância, o significado e o papel da política, como luta de classes construtora do Estado e definidora das suas formas.

¹¹ *Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias; livre nos dois sentidos: o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender* (Marx, 1867: 189).

¹² Pelo menos teoricamente, dado que, praticamente, na história dos séculos XIX e XX, o movimento dos trabalhadores desenvolveu, pelas contradições existentes nele mesmo, interesses burocráticos seus, diferentes dos interesses dos próprios trabalhadores.

¹³ *É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de 'Estado', uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória mas sempre sobre a base dos laços existentes entre cada conglomerado familiar ou tribal... e entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionados pela divisão do trabalho, que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes. Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., são apenas as formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si, depreende-se igualmente que toda classe que aspira ao domínio, mesmo que seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas sociais de dominação em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o*

interesse universal, atuação a que é constringida nos primeiros tempos (Marx, 1846).

¹⁴ *A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas* (vol. III, Caderno 13, nota 7, p. 24).

¹⁵ Mas, também, pela submissão dos trabalhadores e das organizações sociais privadas a formas clientelistas e parciais desenvolvidas e organizadas pelo Estado.

¹⁶ Tanto pelo desenvolvimento da economia mercantil (subsunção formal do trabalho ao capital), como pelas disseminações de manu-faturas e grandes indústrias no interior dos países (subsunção real do trabalho ao capital).

¹⁷ A Comuna caiu vários meses depois de ser governo e, com isso, foi demonstrado que para sustentar o novo Estado operário teria sido preciso que a classe dirigente da Comuna conquistasse a "hegemonia civil", situação que estava distante da revolução comunal. A maioria nacional era constituída pelos camponeses conservadores do interior, pelos trabalhadores urbanos ainda dominados pelas idéias democráticas, pela pequena burguesia democrática social, pela burguesia republicana, e todos estes queriam uma Terceira República e não um governo comunal. O próprio Marx estava muito consciente disto. No Segundo Manifesto do Comitê dirigente da Associação Internacional de Trabalhadores aos *comuneros*, ele põe como ordem do dia trabalhar para consolidar e desenvolver a república democrática e não tentar ainda um governo dos trabalhadores, e considera que qualquer tentativa de derrubar o novo governo republicano seria uma loucura. Isto, embora posteriormente apoiasse o governo dos *comuneros* quando este já era um fato irreversível. A ideologia dominante, da igualdade e liberdade republicanas, entrava em contradição com os objetivos radicais dos *comuneros* de estabelecer um governo dos trabalhadores. Havia, de fato, uma separação ideológico-cultural entre o novo governo e a sociedade. Isso isolou o Estado da Comuna e fez com que o poderio militar dos republicanos fosse definitivo e significasse a queda do novo governo.

¹⁸ Cabe dizer, com relação à citação anterior, que se faz necessária uma correção de matiz a tal asseveração, tão cortante e global, de que no Oriente o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; pois o aparecimento espontâneo dos Conselhos Soviéticos na Rússia czarista, tanto em 1905 como

em 1917, mostrou que o que aí existia era uma sociedade civil muito desenvolvida nas capitais urbanas do Oriente. A afirmação segundo a qual, no Oriente o Estado era tudo, era verdade só no caso da relação Estado-camponeses, mas não o era na relação Estado-trabalhadores urbanos das principais cidades. Em todo caso, a afirmação é entendível, pois, quando Gramsci a fez, apresentava-se para a Rússia o problema de desenvolver o socialismo em áreas camponesas, onde existia um culto ao Czar e a resistência social aos soviéticos era muito forte; entretanto nessas áreas prevalecia uma sociedade civil primitiva e gelatinosa.

¹⁹ Esta noção é contrária à construção teórica de espaço público não estatal, de Bresser Pereira. Para mim, e considero que também para Gramsci, o espaço público é estatal em sentido amplo; faz parte do Estado, ou seja, dos mecanismos teóricos e práticos com os quais um grupo social impõe a sua supremacia na sociedade, isto é, seu domínio e sua hegemonia. Embora, este espaço público não seja burocrático-estatal.

Referências Bibliográficas

- Buci-Gluksmann, Christine (1980). *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dagnino, Evelina (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Campinas-São Paulo: Editora da Universidade de Campinas e Paz e Terra.
- Demo, Pedro (2001). *Pobreza política*. 6ª edição. Campinas-São Paulo: autores associados.
- Durkheim, Émile (1983). *Lições de sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo.
- Gramsci, Antônio (2000). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volumes I, II, III, IV, V e VI.
- Gruppi, Luciano (1978). *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal.
- Hirsch, Joaquim (1998). *Globalización, capital y Estado*. México, D.F.: ed. Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco.
- Holloway, John (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Brasil, ed. Viramundo.
- Laclau, Ernesto e Chantal Mouffe (1985). *Hegemonia y estrategia socialista*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica.
- Lenin (1917a). *As tarefas do proletariado na presente revolução (Teses de Abril)*. Abril, 1917. Várias edições.
- Lenin (1917 b). *Estado e revolução*. Várias edições.
- Machiocchi, Maria-antonieta (1980). *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marx, Karl (1846). *A ideologia alemã*. Biblioteca Eletrônica, Brasil, 2004.
- Marx, Karl (1849). *As lutas de classes em França*. Biblioteca eletrônica, Brasil, 2004.
- Marx, Karl (1852) *O XVIII Brumário de Luís Bonaparte*. Biblioteca eletrônica, Brasil, 2004.
- Marx, Karl (1857). 4ª edição. *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política*. Argentina: Siglo XXI, 1973, vol.I.
- Marx, Karl (1867). *O capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/f, livro I.
- Marx, Karl (1871). *A guerra civil na França*. Biblioteca Eletrônica, Brasil, 2004.
- Marx, Karl (1875). *Glossas marginais ao Programa do Partido Operário Alemão*. Versão Biblioteca Eletrônica, Brasil, 2004.
- Oliver Costilla, Lucio (2003). "A morte do trabalho ou o desencanto da intelligentsia", em *Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, nº 1, Universidade Federal do Ceará, Brasil.
- Semeraro, Giovanni (1999). *Gramsci e a sociedade civil*. 2ª edição. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes.
- Teixeira, Francisco José (2004). *Economia e luta de classes no capitalismo regulado*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Brasil. (Digitada)